

Mercadeiros temem perda de fundo milionário

Prefeitura enviou projeto que pode transferir R\$ 6 milhões de fundo do Mercado Público para o caixa único do governo

/ VAREJO

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

“É como empurrar o banquinho. É botar todo mundo na força.” O alerta do presidente da Associação Comercial dos Permissionários do Mercado Público (Ascomepc), Rafael Sartori, é forte, assim como as cenas de destruição do Mercado Público de Porto Alegre que ele e mais de 100 mercadeiros viram na manhã de quarta-feira ao entrar para começar a retirar produtos perdidos com a cheia.

Os permissionários do complexo estão alarmados, pois podem perder R\$ 6 milhões do fundo do Mercado, que eles contam para a reconstrução dos negócios.

Isso porque o prefeito Sebastião Melo (MDB) mandou à Câmara o projeto que transfere o dinheiro do Funmercado para o caixa único. A medida faz parte do Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) 008/2024, que cria o Fundo de Reconstrução da Economia, da Infraestrutura Logística, Social e Ambiental de Porto Alegre.

A previsão é que o projeto seja votado na Câmara na próxima semana. Os mercadeiros vão ao Legislativo para pressionar contra a inclusão do Funmercado na ação

de reconstrução. A expectativa é de que um acordo deve garantir aprovação de emenda mantendo as verbas do Funmercado para o complexo. O espaço histórico e referência no Centro vive uma situação dramática, pois ficou com 1,7 metros de água por mais de 20 dias. O nível da água ficou muito acima da enchente de 1941.

O caixa do Funmercado passou a ser essencial na retomada dos negócios, alerta Sartori. “O recurso já é carimbado para investir no mercado e subsidiar os permissionários. Querem saquear a nossa poupança. Com esta manobra, o que já está ruim pode piorar”, reforça o presidente da Ascomepc.

“Este recurso foi negociado com a prefeitura para ajudar a subsidiar a isenção dos aluguéis. Vamos de reconstruir do zero, precisamos deste dinheiro. Se perdermos o subsídio, como vai ser daqui para frente?”, questiona Sartori

“Tem permissionário que já fala em repensar a continuidade no Mercado Público, se isso for aprovado”, alerta ainda o presidente da associação.

“É o único dinheiro que o Mercado Público tem para restauração e colocar a vida de volta”, apela João Melo, dono do restaurante Gambrinus, um dos mais antigos do empreendimento. Melo pede que a prefeitura preserve o recur-



Alguns ocupantes do complexo de compras da Capital já puderam verificar a destruição causada no local

so, que é pago pelos mercadeiros: “Sem este dinheiro, será difícil reerguer o mercado”. O empresário diz ainda que o Centro Histórico depende do Mercado.

O primeiro dia de liberação para ingresso de comerciantes abrange os quadrantes 1 e 2, que estão mais perto da avenida Júlio de Castilhos. Nesta quinta-feira, os ocupantes dos quadrantes 3 e 4,

ao lado do Largo Glênio Peres, poderão fazer a retirada de produtos.

“Está horrível”, definiu Sartori, após pisar no local. “São R\$ 3 milhões de prejuízos só com produtos perecíveis”, lamenta o mercadeiro que tem açougue no complexo. A estimativa do valor total de perdas aponta para até R\$ 30 milhões. A prefeitura ainda não divulgou a cifra, mas há danos em

elevadores, escada rolante, rede elétrica e infraestrutura - desde pisos a paredes internas e externas.

A limpeza do Mercado Público foi retomada nesta terça-feira e contou com a contribuição de voluntários e equipamentos cedidos pela fabricante alemã Stihl. A prefeitura manteve a previsão de reabrir parcialmente o complexo em meados de junho.

Varejo do Rio Grande do Sul pode ter desconto de 15% em itens da linha branca

A secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, afirmou, na quarta-feira, que o governo está articulando com o setor industrial da linha branca a

possibilidade de ofertar um desconto de 15% para abastecer o comércio varejista do Rio Grande do Sul. O Estado vem sofrendo com a maior tragédia climáti-

ca da sua história, com chuvas e enchentes que afetaram 471 dos 497 municípios.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, já se reuniu com empresas do setor. A linha branca é composta por eletrodomésticos considerados essenciais em uma casa, que inclui fogão, geladeira e máquina de lavar roupa.

Segundo Miriam, o governo estudou a possibilidade de fazer uma aquisição de equipamentos para distribuição, mas, diante da “logística gigantesca” e da diversidade de perdas, optou-se pelo auxílio reconstrução de R\$ 5,1 mil que está sendo pago a famílias de baixa renda atingidas.

“O que está se articulando agora é ver como é que a oferta desses produtos, lá no comércio do Rio Grande do Sul, possa

contar com um desconto de 15%, que foi o que originalmente o setor tinha discutido com o vice-presidente Geraldo Alckmin”, disse Miriam, durante evento no Palácio do Planalto para anúncio de novas medidas de apoio à reconstrução do estado gaúcho.

O próprio presidente Lula comentou a medida, em discurso no evento, lembrando que “as pessoas precisam de dinheiro para comprar o mínimo necessário”.

“Nós sabemos da dificuldade. Eu já pedi para o Alckmin conversar com os companheiros que fabricam a linha branca para que nesse momento, no Rio Grande do Sul, as pessoas levem em conta que a gente vai ter que oferecer produtos da mesma qualidade, mas mais barato, para que o setor também possa dar contribuição, como aconteceu com o setor da carne”, disse o presidente.

Na segunda-feira, após reunião com Lula, empresas do setor de proteína animal anunciaram a doação de cerca de 2 milhões de quilos de carne bovina, suína e de frango aos afetados pelas chuvas no Estado. A quantidade é suficiente para o preparo de 6 milhões de refeições. As empresas também colocaram à disposição suas estruturas logísticas para ajudar na distribuição dos produtos, em especial nas cerca de 590 cozinhas solidárias montadas no Rio Grande do Sul.

No evento de quarta, o governo anunciou R\$ 15 bilhões em recursos do Fundo Social para financiamento a empresas no Rio Grande do Sul. Um aporte adicional de R\$ 600 milhões no Fundo de Garantia de Operações (FGO) e uma linha de R\$ 1,5 bilhão da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) completam os anúncios de ampliação do crédito.



Medida pode impactar itens como fogão, geladeira e máquina de lavar roupa